



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária

Especialidade Direito

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém o tema da prova discursiva-redação e o espaço para rascunho.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a prova discursiva na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Transcrição da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Abril/2007

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

A Bela Azul

Como a Terra é bela! Certos estavam os teólogos e astrônomos antigos em colocá-la no centro do universo! Os astrônomos modernos e os geômetras se riram da sua ingenuidade e presunção... Ora, a Terra, essa poeira ínfima perdida em meio a bilhões de estrelas e galáxias – o centro em torno do qual todo o universo gira?

Mas eles, cientistas, não sabem que há duas formas de determinar o centro. Pode-se determinar o centro com o cérebro e pode-se determinar o centro com o coração. O cérebro mede o espaço vazio com réguas e calculadoras para assim localizar o seu centro geométrico. Mas, para o coração, o centro do universo é o lugar do amor.

Para o pai e a mãe, qual é o centro de sua casa? Não será o berço onde o filhinho dorme? E para o trabalhador na roça, cansado e sedento, o centro do mundo não é uma fonte de água fresca? Chove e faz frio. A família inteira se reúne em torno da lareira, onde o fogo crepita. Ali se contam estórias... E sabe o apaixonado que o centro do mundo é o rosto de sua amada, ausente...

Recebi de um amigo, via Internet, uma série de fotografias da Terra, tiradas de um satélite. Vinha tudo com o nome de “A Bela Azul”. Que lindo nome para a nossa Terra! Porque é com a cor azul que ela aparece. Lembrei-me de um verso de Fernando Pessoa: “... e viu-se a Terra inteira, de repente, surgir, redonda, do azul profundo”. O filósofo Nietzsche também era um apaixonado pela Terra. Dizia que era uma deformação do espírito ficar lendo um livro em casa, num dia luminoso, quando a natureza está lá fora, fresca e radiante. É possível imaginar que ele, que proclamou a morte de Deus, tenha secretamente elegido a Terra como seu objeto de adoração.

Mas agora anunciam os cientistas que a Bela Azul está agonizante...

(Rubem Alves, **Folha de S. Paulo**, 07/02/2007)

1. O autor afirma, no primeiro parágrafo: *Certos estavam os teólogos e astrônomos antigos (...)*. Com essa afirmação, pretende ele
 - (A) menosprezar a legitimidade das investigações e das conclusões científicas.
 - (B) provar que os astrônomos antigos colocavam a emoção acima da razão.
 - (C) iniciar uma argumentação na qual relativiza o peso das verdades racionais.
 - (D) concluir sua tese de que as propriedades do universo derivam do amor.
 - (E) demonstrar seu respeito pelos sábios antigos, mais sensíveis que os atuais.

2. No desenvolvimento do texto, a demonstração de que *há duas formas de determinar o centro*
 - (A) revela-se insustentável, porque uma forma exclui a outra.
 - (B) sustenta-se perfeitamente, se o critério for o padrão da racionalidade.
 - (C) não faz sentido, porque as duas formas excluem-se reciprocamente.
 - (D) sustenta-se perfeitamente, uma vez aceitos dois distintos critérios.
 - (E) revela-se insustentável, pois ambos os critérios são imprecisos.

3. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. O emprego de pontos de exclamação e reticências ao longo do texto indica a ação constante da subjetividade de quem o escreveu.
 - II. No terceiro parágrafo o autor pondera, de modo equilibrado e simétrico, a antinomia entre as razões do cérebro e as do coração.
 - III. No quarto parágrafo, o autor refere-se a um seu amigo, a Fernando Pessoa e a Nietzsche para ilustrar perspectivas e conclusões bastante distintas.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase ou expressão do texto em:
 - (A) *Certos estavam os teólogos* = os teólogos estavam seguros.
 - (B) *tenha secretamente elegido a Terra* = com desvelo foi escolhida a Terra.
 - (C) *onde o fogo crepita* = aonde ardem as labaredas.
 - (D) *se riram da sua ingenuidade e presunção* = fizeram glosa de sua inocência e premeditação.
 - (E) *era uma deformação do espírito* = representava uma deturpação da alma.

| | |
|---|---|
| <p>5. Na frase <i>Dizia que <u>era</u> uma deformação do espírito <u>ficar lendo</u> um livro em casa (...) quando a natureza <u>está lá fora, fresca e radiante</u>, haverá correlação entre os tempos e modos verbais caso as formas sublinhadas sejam substituídas, respectivamente, por</i></p> <p>(A) será - ficasse lendo - estiver (B) seria - estar a ler - estivesse (C) será - ler - estivera (D) seria - ler-se - esteja (E) seria - estivesse lendo - estará</p> | <p>9. Está correto o emprego do elemento sublinhado em:</p> <p>(A) Para esses pais, o centro não será o berço, <u>em cujo</u> o filhinho está dormindo? (B) O universo, <u>de cujo</u> a Terra já foi considerada centro, revelou-se mais complexo do que supunham os antigos astrônomos. (C) Não será o rosto da amada, <u>de cuja</u> ausência nos ressentimos, o centro do nosso universo? (D) O filósofo considerava uma aberração a leitura de um livro <u>à qual</u> nos dispensássemos de contemplar a beleza da natureza. (E) Os argumentos <u>dos quais</u> se prende o autor do texto incluem os que ele considera identificados com as chamadas “razões do coração”.</p> |
| <p>6. As normas de concordância verbal estão inteiramente observadas na frase:</p> <p>(A) Aos nossos corações não parecem de todo aceitável que se elejam apenas os critérios racionais para se determinarem o que é central nas coisas. (B) Seja um berço, uma fonte de água pura, uma paixão, instituem tudo isso centros dinâmicos dos nosso interesses e das nossas necessidades. (C) Não houvessem duas formas de determinar o centro das coisas, não haveria como opor as razões de um astrônomo às razões de um poeta. (D) Não nos espante que as razões do filósofo para negar a existência de Deus estejam na base de sua atração pelos dons da natureza, que o sensibilizam. (E) Para muitos físicos modernos, não deixa de fazer sentido os diferentes critérios que se leva em conta para se definir o que seja “o centro.”</p> | <p>10. A pontuação está inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Recebi, via Internet, de um amigo que há muito não vejo, uma série de fotografias da Terra, tiradas de um satélite. (B) Tanto os astrônomos antigos como os teólogos, não erravam, na opinião do autor, quando consideravam que, a Terra, essa poeira ínfima, era o centro do universo. (C) Nada mais central na casa para os pais, que o lugar onde está o berço do filhinho, nada tendo a ver esse centro afetivo, com o geométrico da casa edificada. (D) Será que Nietzsche interrompia a cada belo crepúsculo, suas leituras e seus escritos, sobretudo estes que, tanto peso tiveram nas idéias de seu tempo? (E) O astronauta russo, Yuri Gagárin, ao ter a visão de nosso planeta a partir de um satélite, enviou para todos nós, esta primeira mensagem de encantamento, “A Terra é azul!”.</p> |
| <p>7. A construção que NÃO admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) Os astrônomos antigos colocaram-na no centro do universo. (B) A mensagem chegou com o título de “A Bela Azul”. (C) O coração coloca as razões do amor no centro do universo. (D) Anunciam os cientistas a agonia de nossa Bela Azul. (E) A presença da natureza por vezes nos desvia da leitura de um livro.</p> | <p>11. Sim, a Terra é bela, mas tanto já <u>prejudicamos a Terra, julgando a Terra</u> indestrutível, que o que resta agora é buscar <u>preservar a Terra</u> de outras deletérias ações humanas.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) prejudicamo-la - a julgando - preservar-lhe (B) prejudicamos-lhe - julgando-a - lhe preservar (C) a prejudicamos - julgando-lhe - preservá-la (D) a prejudicamos - julgando-a - preservá-la (E) prejudicamo-la - a julgando - preservar a ela</p> |
| <p>8. Está clara, correta e coerente a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Através dos séculos se afirmou de que a Terra e não o Sol, constituísse o centro do universo, afirmação que indispôs Copérnico e Galileu. (B) Muitos dos mais presunçosos cientistas de hoje, julgam que também os fossem os de outrora, isso reflete um certo padrão de comportamento. (C) A julgar por Nietzsche, a natureza oferece espetáculos cuja beleza não poderíamos nos afastar sequer ao pretexto de se estar lendo um bom livro. (D) Os exemplos do roceiro e o apaixonado são feitos para nos convencer de que o centro do nosso mundo é o que se quer assim considerá-lo. (E) O filósofo que não hesitou em proclamar a morte de Deus é o mesmo que se curvou, emocionado, diante das belezas indescritíveis da natureza.</p> | <p>12. <i>Pode-se determinar o centro com o cérebro e pode-se determinar o centro com o coração.</i></p> <p>A construção que está correta e preserva o sentido central da frase acima é:</p> <p>(A) À medida que se delimita o centro com o cérebro, faz-se igualmente com o coração. (B) Ainda que se possa chegar ao centro com o cérebro, assim também ocorre com o coração. (C) Se se pode precisar o centro com o cérebro, eis que acontece também com o coração. (D) Já que se pode localizar o centro com o cérebro, da mesma forma ocorre com o coração. (E) Tanto se pode identificar o centro com o cérebro como se pode identificá-lo com o coração.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se obrigatoriamente numa forma do plural para preencher de modo correto a frase:</p> <p>(A) Não (ocorrer) aos astrônomos antigos que os planetas girassem em torno do Sol.</p> <p>(B) (dizer) respeito a cada ser humano as pequenas batalhas diárias que visam à preservação do nosso planeta.</p> <p>(C) (faltar) a todos os habitantes deste planeta tomar consciência dos riscos que estamos correndo.</p> <p>(D) Sejam bem-vindas todas as medidas a que se (poder) recorrer para a melhoria da qualidade de vida na Terra.</p> <p>(E) Não (haver) outras preocupações, já a escassez de água representa uma calamitosa ameaça para a vida na Terra.</p> | <p>16. As tecnologias denominadas Matriz passiva e Matriz ativa são utilizadas em monitores de vídeo de</p> <p>(A) CRT monocromático.</p> <p>(B) LCD monocromático.</p> <p>(C) CRT colorido.</p> <p>(D) LCD colorido.</p> <p>(E) CRT colorido ou monocromático.</p> |
| <p>14. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. A família se reúne em torno da lareira.</p> <p>II. Em torno da lareira contam-se histórias.</p> <p>III. A lareira é o centro da casa.</p> <p>Essas frases articulam-se de modo claro, correto e coerente em:</p> <p>(A) A lareira é o centro da casa, conquanto ali se reúne a família e contam histórias em torno dela.</p> <p>(B) Sendo o centro da casa, a família se reúne e contam-se histórias em torno da lareira.</p> <p>(C) O centro da casa é a lareira, dado que em volta dela reúne-se a família e contam-se as histórias.</p> <p>(D) Contam-se histórias em volta da lareira, centro em torno de cujo se reúne a família.</p> <p>(E) A família se reúne em torno da lareira, visto que ela é o centro da casa, em torno da qual se contam histórias.</p> | <p>17. Um item selecionado do Windows XP pode ser excluído permanentemente, sem colocá-lo na Lixeira, pressionando-se simultaneamente as teclas</p> <p>(A) <i>Ctrl</i> + <i>Delete</i>.</p> <p>(B) <i>Shift</i> + <i>End</i>.</p> <p>(C) <i>Shift</i> + <i>Delete</i>.</p> <p>(D) <i>Ctrl</i> + <i>End</i>.</p> <p>(E) <i>Ctrl</i> + <i>X</i>.</p> |
| <p>15. Quanto à observância da necessidade do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Não falta à perspectiva adotada pelo autor o subjetivismo de quem se apega àquelas razões que a ciência não considera.</p> <p>(B) Os homens desconheciam, à princípio, que o sol constituía o centro do nosso sistema, que cabia à essa estrela a primazia de protagonista.</p> <p>(C) Na Antigüidade, àqueles astrônomos e teólogos que consideravam a Terra como o centro do universo não se oferecia à menor contestação.</p> <p>(D) Sempre coube a grande poesia, como no caso da de Fernando Pessoa, celebrar às visões totalizadoras do nosso planeta.</p> <p>(E) Uma à uma, as teorias da astrofísica vão atualizando os conhecimentos que se destinam à descrever o funcionamento do universo.</p> | <p>18. Ao digitar um texto em um documento Word, teclando-se simultaneamente <i>Ctrl</i> + <i>Backspace</i> será excluído</p> <p>(A) todas as palavras até o final do parágrafo.</p> <p>(B) uma palavra à direita.</p> <p>(C) um caractere à esquerda.</p> <p>(D) um caractere à direita.</p> <p>(E) uma palavra à esquerda.</p> <p>19. No Internet Explorer 6, os <i>links</i> das páginas visitadas recentemente podem ser excluídos executando-se</p> <p>(A) Limpar histórico da pasta Histórico.</p> <p>(B) Excluir <i>cookies</i> dos arquivos temporários.</p> <p>(C) Assinalar <i>about:blank</i> na página inicial .</p> <p>(D) Limpar <i>cookies</i> da página inicial.</p> <p>(E) Assinalar <i>about:blank</i> na pasta Histórico.</p> <p>20. Quando um arquivo não pode ser alterado ou excluído acidentalmente deve-se assinalar em Propriedades do arquivo o atributo</p> <p>(A) Criptografar o conteúdo.</p> <p>(B) Somente leitura.</p> <p>(C) Gravar senha de proteção.</p> <p>(D) Proteger o conteúdo.</p> <p>(E) Oculto.</p> |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Considere as assertivas relacionadas ao Poder Judiciário.
- I. Na apuração de antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.
 - II. O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á apenas por antiguidade, apurada na última ou única instância.
 - III. O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.
 - IV. A distribuição de processos será imediata no primeiro grau de jurisdição e por cotas na segunda instância, computada a média da distribuição nos últimos doze meses.
 - V. O número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e V.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV
- (D) I, III e V.
- (E) II, IV e V.

22. Nos termos da Constituição Federal, tem legitimidade ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, dentre outros,
- (A) o Conselho Seccional da OAB, autorizado pelo Conselho Estadual.
 - (B) a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
 - (C) a confederação sindical ou a entidade de classe de âmbito estadual, instituída há mais de dois anos.
 - (D) o Presidente do Congresso Nacional.
 - (E) o Advogado-Geral da União.

23. Em tema de controle de constitucionalidade, a chamada supremacia formal é atributo das Constituições classificadas como
- (A) analíticas.
 - (B) sintéticas.
 - (C) dogmáticas.
 - (D) históricas.
 - (E) rígidas.

24. Na estrutura federativa brasileira, tocantemente aos Poderes Legislativo e Executivo,
- (A) se decorridos dez dias da data fixada para a posse o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
 - (B) os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser diretores de empresa que gozem de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público ou nela exercer função remunerada.
 - (C) compete privativamente ao Senado Federal eleger e nomear os membros do Conselho da República e do Conselho de Política Econômica.
 - (D) o Presidente da República, nos crimes comuns e de responsabilidade, somente será afastado das suas funções após a sua condenação pelo Senado Federal.
 - (E) perderá o mandato o Deputado ou Senador que deixar de comparecer à quarta parte das sessões ordinárias e extraordinárias da Casa a que pertencer.

25. Um funcionário de autarquia federal encontra-se no exercício de mandato eletivo de Prefeito. Nesse caso,
- (A) o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
 - (B) deverá ser exonerado do cargo de origem a partir da sua posse.
 - (C) para efeito de benefício previdenciário, se houver afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
 - (D) será afastado do cargo de origem permanecendo com a remuneração anterior.
 - (E) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

26. A respeito do Tribunal Superior Eleitoral, é correto afirmar que
- (A) elegerá o Corregedor Eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que o compõem.
 - (B) compor-se-á no mínimo de 6 membros escolhidos dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) escolherá o seu Presidente e o Vice-Presidente mediante eleição e pelo voto secreto, dentre quaisquer de seus integrantes.
 - (D) compor-se-á de 6 membros, todos escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
 - (E) não tem caráter permanente, posto que funciona somente durante o período eleitoral até o julgamento do último recurso.

| | |
|--|--|
| <p>27. A respeito do alistamento eleitoral é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) as certidões de nascimento ou casamento, quando destinadas ao alistamento eleitoral, serão fornecidas gratuitamente, segundo a ordem dos pedidos apresentados em cartório pelos alistandos ou delegados de partido.</p> <p>(B) o alistamento de cegos somente poderá ser feito na presença do Juiz Eleitoral, que verificará se o eleitor é cego e se conhece o "Sistema Braille", sendo que atestará que a folha individual de votação e vias do título foram subscritas pelo próprio.</p> <p>(C) o empregado, mediante comunicação de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário e por tempo não excedente a 2 (dois) dias, afim de alistar-se eleitor ou requerer transferência.</p> <p>(D) os cegos alfabetizados pelo "Sistema Braille" que reunirem as demais condições de alistamento, podem qualificar-se mediante o preenchimento da fórmula impressa e a aposição do nome com as letras do referido alfabeto.</p> <p>(E) se, no alistamento realizado através do "Sistema Braille", o número de eleitores não alcançar o mínimo exigido, este se completará com a inclusão de outros, ainda que não sejam cegos.</p> | <p>30. No processo das infrações penais eleitorais, observar-se-ão os prazos de</p> <p>(A) 8 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.</p> <p>(B) 15 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 8 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.</p> <p>(C) 5 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 5 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 10 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.</p> <p>(D) 3 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 3 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 3 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.</p> <p>(E) 10 dias para oferecimento de denúncia pelo órgão do Ministério Público, 10 dias para oferecimento de alegações escritas e arrolamento de testemunhas pelo réu ou seu defensor e 5 dias para cada uma das partes para oferecimento de alegações finais.</p> |
| <p>28. O Tribunal Regional Eleitoral, tomando conhecimento da inscrição do mesmo eleitor em mais de uma Zona sob sua jurisdição, comunicará o fato ao Juiz competente para cancelamento do título de eleitor. Tal cancelamento deverá recair preferencialmente na inscrição</p> <p>(A) mais antiga.</p> <p>(B) mais recente.</p> <p>(C) cujo título não tenha sido entregue ao eleitor.</p> <p>(D) que não corresponda ao domicílio eleitoral.</p> <p>(E) cujo título não tenha sido utilizado para o exercício do voto na última eleição.</p> | <p>31. É de 4 meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem-se ao Senado Federal, dentre outros, dos que estiverem exercendo cargo de</p> <p>(A) direção em entidade representativa de classe mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.</p> <p>(B) Secretário de Estado, Prefeito Municipal e Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.</p> <p>(C) Diretor de Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas.</p> <p>(D) Chefe de órgão de assessoramento direto, civil e militar da Presidência da República.</p> <p>(E) Advogado-Geral da União, Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.</p> |
| <p>29. Considere as eleições para:</p> <p>I. Presidente da República.</p> <p>II. Vice-Presidente da República</p> <p>III. Senador.</p> <p>IV. Deputado Federal</p> <p>V. Governador.</p> <p>VI. Vice-Governador.</p> <p>VII. Deputado Estadual</p> <p>VIII. Prefeito Municipal.</p> <p>IX. Vice-Prefeito Municipal.</p> <p>X. Vereador.</p> <p>Obedecerão ao princípio da eleição proporcional SOMENTE</p> <p>(A) I, II, V, VI, VIII e IX.</p> <p>(B) III, IV, VII e X.</p> <p>(C) IV, VII e X.</p> <p>(D) I, II, III e IV.</p> <p>(E) V, VI, VII, VIII, IX e X.</p> | <p>32. O partido político que receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie procedente de entidade de classe ou sindical, ficará sujeito à suspensão da participação no Fundo Partidário</p> <p>(A) definitiva e permanente.</p> <p>(B) por dois anos.</p> <p>(C) por um ano.</p> <p>(D) por cinco anos.</p> <p>(E) até o próximo pleito.</p> |

| | |
|---|--|
| <p>33. Dentre outros casos, cabe recurso especial das decisões dos Tribunais Regionais quando</p> <p>(A) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições federais.</p> <p>(B) forem proferidas contra expressa disposição de lei.</p> <p>(C) denegarem <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(D) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais.</p> <p>(E) denegarem mandado de segurança.</p> | <p>36. Com o propósito de definir as causas de um deslizamento de vultosa quantidade de terra sobre várias casas, a Administração Pública pretende contratar uma empresa de engenharia para a realização de perícia e apresentação de laudo técnico. Nesse caso, a Administração Pública</p> <p>(A) deverá sempre contratar por meio de processo licitatório, ficando o agente público competente incumbido de escolher a modalidade.</p> <p>(B) poderá contratar, sem licitação, desde que se trate de um trabalho singular e a empresa a ser contratada tenha notória especialização.</p> <p>(C) poderá escolher a empresa de engenharia por meio de convite, por ser a modalidade de licitação mais célere.</p> <p>(D) deverá dispensar a licitação, porquanto trata-se de hipótese de emergência.</p> <p>(E) poderá escolher a empresa de engenharia por meio de tomada de preços.</p> |
| <p>34. Sobre a responsabilidade civil do Estado e reparação do dano, considere.</p> <p>I. Não cabe a responsabilização do Estado quando o agente público causador do dano estiver agindo na condição de um simples particular, isto é, sem estar exercendo as suas atribuições.</p> <p>II. No Brasil, a responsabilidade do Estado é objetiva, o que implica a indenização de qualquer prejuízo causado a terceiros, ainda que não tenha sido o responsável, impedindo, assim, que se alegue excludentes de responsabilidade.</p> <p>III. De acordo com a Constituição Federal, a responsabilidade civil do Estado pode recair sobre as pessoas de Direito Público e de Direito Privado que prestam serviços públicos.</p> <p>IV. Definida a responsabilidade do Estado e, uma vez indenizado o terceiro prejudicado, segundo a teoria da responsabilidade objetiva, não cabe direito de regresso em face do agente público causador do dano.</p> <p>V. A responsabilidade para a Administração Pública não depende da culpa, enquanto que, para o agente público causador direto do dano, relevante é a comprovação da culpa ou do dolo para que ele possa ser responsabilizado.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) I, III e V.</p> | <p>37. No que tange ao poder de polícia, é INCORRETO afirmar que a</p> <p>(A) sua finalidade só deve atender ao interesse público, sendo injustificável o seu exercício para beneficiar ou prejudicar pessoa determinada.</p> <p>(B) Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características preventivas, com o fim de adequar o comportamento individual à lei, como ocorre na autorização.</p> <p>(C) Administração Pública exerce tal poder, dentre outras formas, por meio de atos administrativos com características repressivas, com o fim de coagir o infrator a cumprir a lei, como ocorre na interdição de um estabelecimento.</p> <p>(D) discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade são considerados atributos do poder de polícia.</p> <p>(E) Administração Pública sempre atuará com discricionariedade, pois ao limitar o exercício dos direitos individuais, poderá decidir qual o melhor momento para agir.</p> |
| <p>35. O prazo prescricional para as ações que visam aplicar sanções da Lei 8.429/92 (lei de improbidade administrativa) ao agente público que exerce função de confiança é</p> <p>(A) de até três anos após o término do exercício da função de confiança.</p> <p>(B) de até três anos, contados a partir da data do ato de improbidade.</p> <p>(C) de até cinco anos, contados a partir da data do ato de improbidade.</p> <p>(D) de até cinco anos após o término do exercício da função de confiança.</p> <p>(E) imprescritível, em razão do interesse público.</p> | <p>38. Acerca dos contratos administrativos e sua inexecução,</p> <p>(A) após a assinatura do contrato, em regra, a execução da obra pode ser integralmente transferida a terceiros pela empresa contratada, sob sua exclusiva responsabilidade.</p> <p>(B) a rescisão de contrato administrativo por interesse público, pela administração, exclui a possibilidade de eventual indenização ao contratado.</p> <p>(C) cabe à Administração proceder a rescisão unilateral da avença, caso o contratado dê causa, injustificadamente, a atrasos no cumprimento do cronograma definido.</p> <p>(D) não se permite a edição de cláusulas exorbitantes que concedam vantagem à administração.</p> <p>(E) somente poderá ser rescindido ou alterado se houver previsão em cláusula específica.</p> |

| | |
|--|--|
| <p>39. No que concerne ao erro, um dos defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:</p> <p>(A) O erro será substancial quando sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico.</p> <p>(B) O falso motivo sempre viciará a declaração de vontade e gerará a anulação do negócio jurídico.</p> <p>(C) A transmissão errônea de vontade por meios interpostos não é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.</p> <p>(D) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio jurídico em qualquer hipótese.</p> <p>(E) O erro de cálculo poderá gerar a anulação do negócio jurídico, uma vez que restou viciada a declaração de vontade.</p> | <p>42. A alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos,</p> <p>(A) não permite ao adquirente ingressar em juízo, substituindo o alienante, sem que o consinta a parte contrária.</p> <p>(B) altera automaticamente a legitimidade das partes.</p> <p>(C) não possibilita ao adquirente intervir no processo assistindo o alienante.</p> <p>(D) permite ao adquirente ingressar em juízo, substituindo o alienante, independentemente de consentimento da parte contrária.</p> <p>(E) não altera a legitimidade das partes e a sentença proferida entre as partes originais não estende os seus efeitos ao adquirente.</p> |
| <p>40. A prescrição corre normalmente</p> <p>(A) contra os ausentes do País em serviço público dos Municípios.</p> <p>(B) entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.</p> <p>(C) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.</p> <p>(D) contra os relativamente incapazes.</p> <p>(E) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.</p> | <p>43. No que concerne às exceções, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) As exceções de impedimento, suspeição ou incompetência deverão ser oferecidas no prazo de quinze dias, contado do fato que o ocasionou a incompetência, o impedimento ou a suspeição.</p> <p>(B) Recebida a exceção de incompetência o juiz tem a faculdade de determinar a suspensão ou não do processo até que o julgamento definitivo do incidente.</p> <p>(C) Oferecida a exceção de incompetência os autos serão encaminhados conclusos ao juiz que mandará processar a exceção, ouvindo o excepto no prazo de quinze dias.</p> <p>(D) A parte oferecerá exceção de suspeição do juiz da causa sempre através de petição dirigida ao Tribunal competente a que o Magistrado estiver vinculado, que determinará a oitiva do Magistrado sobre os termos da exceção no prazo de dez dias.</p> <p>(E) A exceção de incompetência deverá ser argüida em primeiro grau de jurisdição e acompanhará a contestação.</p> |
| <p>41. Sobre responsabilidade civil, considere:</p> <p>I. Quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar por sua natureza, risco para os direitos de outrem, haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa.</p> <p>II. O pai que ressarcir o dano causado pelo seu filho relativamente incapaz poderá reaver o que houver pago de seu filho por quem pagou, quando este completar a maioridade civil.</p> <p>III. O incapaz responde pelos prejuízos que causar se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.</p> <p>IV. As penas previstas para aquele que demandar de má-fé, por dívida já paga, não são aplicadas quando o autor desistir da ação antes ou depois da contestação.</p> <p>De acordo com o Código Civil, é correto o que consta APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) I, III e IV.</p> | <p>44. Sobre competência, considere:</p> <p>I. Dá-se continência quando o objeto ou a causa de pedir de duas ou mais ações lhes for comum.</p> <p>II. Em regra, o foro do domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.</p> <p>III. Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele onde houve a primeira citação válida.</p> <p>IV. A competência em razão da matéria é inderrogável por convenção das partes.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Civil é correto o que consta APENAS em:</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) II e IV.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>45. De acordo com o Código Penal, quando o agente mediante uma só ação culposa pratica dois ou mais crimes não idênticos e não resultantes de desígnios autônomos, configura-se hipótese de concurso</p> <p>(A) material de crimes e aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um terço.</p> <p>(B) material de crimes e aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.</p> <p>(C) formal de crimes e aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.</p> <p>(D) material de crimes e aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.</p> <p>(E) formal de crimes e aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.</p> | <p>49. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo</p> <p>(A) se seu ascendente ou descendente estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.</p> <p>(B) em que seu parente consanguíneo em linha reta de quarto grau for parte ou diretamente interessado no feito.</p> <p>(C) em que for amigo íntimo, bem como credor ou devedor de qualquer das partes.</p> <p>(D) se seu cônjuge estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.</p> <p>(E) em que tiver funcionado parente afim em linha colateral de terceiro grau como órgão do Ministério Público.</p> |
| <p>46. No peculato culposo, a reparação do dano</p> <p>(A) se precede à sentença irrecorrível, reduz de um terço até a metade a pena imposta.</p> <p>(B) se precede ao recebimento da denúncia, extingue a punibilidade e se lhe é posterior, reduz de um terço a pena imposta.</p> <p>(C) se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade e se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.</p> <p>(D) não extinguirá, em nenhuma hipótese, a punibilidade, uma vez que para a caracterização do tipo penal do peculato é irrelevante a efetiva obtenção da vantagem ilícita.</p> <p>(E) se precede ao recebimento da denúncia, reduz de um terço até a metade a pena imposta.</p> | <p>50. A respeito do incidente de falsidade considere:</p> <p>I. Argüida, por escrito, a falsidade de documento constante dos autos, o juiz ouvirá a parte contrária que, no prazo de 48 horas, oferecerá resposta.</p> <p>II. A argüição de falsidade poderá ser feita por procurador, não se exigindo poderes especiais.</p> <p>III. Qualquer que seja a decisão do incidente de falsidade documental, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.</p> <p>IV. O juiz não poderá, de ofício, proceder à verificação da falsidade uma vez que a legitimidade é exclusiva do querelante, do acusado ou do Ministério Público.</p> <p>De acordo com o Código de Processo Penal é correto o que consta APENAS em:</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) I, II e IV.</p> |
| <p>47. Mário, policial militar, em uma “diligência” de rotina encontra João, foragido da Justiça. Quando descobre tratar de criminoso foragido, Mário exige de João a quantia de R\$ 10.000,00 para não o conduzir à prisão. Pedro, policial militar parceiro de Mário, vê a cena e prende Mário e João, antes que João entregasse o dinheiro exigido para Mário. Neste caso, Mário cometeu crime de</p> <p>(A) corrupção ativa consumada.</p> <p>(B) concussão consumada.</p> <p>(C) concussão tentada.</p> <p>(D) corrupção ativa tentada.</p> <p>(E) condescendência criminosa.</p> | |
| <p>48. De acordo com o Código de Processo Penal a competência</p> <p>(A) será, em regra, determinada pelo lugar em que se iniciou o primeiro ato de execução do crime.</p> <p>(B) será determinada pela continência se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas.</p> <p>(C) regular-se-á, em regra, pelo domicílio ou residência do réu, por expressa determinação legal, independentemente do lugar do crime.</p> <p>(D) será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.</p> <p>(E) será determinada pela continência se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas ao mesmo tempo por várias pessoas, umas contra as outras.</p> | <p>51. Virgílio, servidor público federal, estável, foi reintegrado no cargo que ocupava anteriormente. Porém, esse cargo estava provido por Sócrates. Nesse caso, o servidor Sócrates, também estável, será</p> <p>(A) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.</p> <p>(B) exonerado do cargo de origem, com direito a indenização, ou transferido para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.</p> <p>(C) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização, ou redistribuído para outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.</p> <p>(D) removido para o cargo de origem, com direito a indenização, readaptado para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.</p> <p>(E) reintegrado também ao cargo de origem, com direito a indenização, ou exonerado, com indenização, ou, ainda, posto em disponibilidade.</p> |

52. Madalena, na qualidade de servidora pública federal, é reincidente de duas faltas punidas com advertência. Diante disso, foi agora punida com suspensão pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias. Entretanto, sempre demonstrou eficiência, prestando serviços com dedicação. Nesse caso, havendo conveniência para o serviço a pena de suspensão poderá ser

- (A) interrompida por período não superior a 30 (trinta) dias, considerando que a pena de suspensão aplicada foi superior a 30 (trinta), e igual ou inferior a 60 (sessenta) dias.
- (B) interrompida pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias, considerando que a pena de suspensão aplicada foi igual ou inferior a 60 (sessenta) dias.
- (C) substituída pela multa correspondente a 30% (trinta por cento), por dia de vencimento, ficando a servidora obrigada a cumprir metade da jornada de trabalho.
- (D) convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando a servidora obrigada a permanecer em serviço.
- (E) reduzida pela metade, mas com fixação de uma multa, também na base de 50% (cinquenta por cento) da remuneração, podendo a servidora permanecer no serviço se solicitada pela chefia.

53. Na Administração Pública Federal, o órgão perante o qual tramita o processo administrativo, determinará a intimação do interessado para ciência da decisão ou efetivação de diligências, porém, NÃO é necessário que essa intimação contenha, dentre outros requisitos,

- (A) a observação de que o interessado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar.
- (B) a cominação de crime de desobediência se a ordem for desatendida pelo interessado.
- (C) a informação da continuidade do processo independentemente de seu comparecimento.
- (D) uma antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.
- (E) a indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

54. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, compete ao Presidente, dentre outras atribuições,

- (A) investigar se há erros que devam ser corrigidos, evitados ou sanados, determinando por despacho ou portaria, a providência a ser tomada.
- (B) zelar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem e celeridade dos serviços eleitorais.
- (C) conhecer, em grau de recurso, as decisões administrativas do Diretor Geral da Secretaria.
- (D) orientar os Juízes Eleitorais com relação à regularidade dos serviços nas respectivas Zonas e Cartórios.
- (E) expedir provimentos, bem como quaisquer atos que assegurem a boa ordem e regularidade dos serviços eleitorais e a fiel execução das leis e instruções dos Tribunais.

55. A respeito das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba considere:

- I. O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba funcionará com a presença de pelo menos quatro de seus Juízes, incluído o Presidente, caso em que este terá direito a voto.
- II. O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em regra, reunir-se-á ordinariamente, no mínimo oito vezes por mês, em dias previamente determinados.
- III. Em cumprimento a ordem dos trabalhos previamente estabelecida, o exame da pauta administrativa é o primeiro trabalho a ser observado nas sessões.
- IV. As sessões ordinárias serão iniciadas em horário estabelecido pelo Tribunal, havendo uma tolerância de quinze minutos no caso de não haver número legal para a abertura dos trabalhos.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, é correto o que consta APENAS em:

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, II e IV.

56. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba perante o Tribunal qualquer interessado poderá arguir a suspeição ou impedimento dos Juízes do Tribunal, Procurador Regional e funcionários da Secretaria, que deverá ser oposta dentro do prazo de

- (A) quinze dias contados da primeira intervenção no processo.
- (B) quinze dias contados da distribuição do feito.
- (C) cinco dias contados da primeira intervenção no processo.
- (D) cinco dias contados da distribuição do feito.
- (E) dez dias contados da primeira intervenção no processo.

57. O consumo em quatro anos de um material foi de:

| Ano | Consumo |
|------|--------------|
| 2003 | 720 unidades |
| 2004 | 600 unidades |
| 2005 | 630 unidades |
| 2006 | 660 unidades |

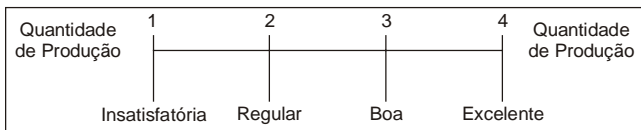
Utilizando-se o método da média móvel, com um "n" igual a 3, o consumo previsto para 2007 será igual a

- (A) 600 unidades.
- (B) 630 unidades.
- (C) 650 unidades.
- (D) 652 unidades.
- (E) 653 unidades.

58. Um material é consumido a uma razão de 3.000 unidades por mês, e seu tempo de reposição é de dois meses. O ponto de pedido, uma vez que o estoque mínimo deve ser de um mês de consumo é igual a:
- (A) 3.000 unidades.
 - (B) 6.000 unidades.
 - (C) 9.000 unidades.
 - (D) 12.000 unidades.
 - (E) 15.000 unidades.

59. Um programa sistematizado e desenvolvido para definir perfis profissionais que proporcionem maior produtividade e adequação ao negócio, identificando pontos de excelência e pontos de carências, suprimindo lacunas e agregando conhecimento e, tendo por base certos critérios mensuráveis objetivamente é denominado:
- (A) gestão social.
 - (B) gestão do conhecimento.
 - (C) educação corporativa.
 - (D) desenvolvimento organizacional.
 - (E) gestão por competências.

60. O método de escalas gráficas avalia o desempenho das pessoas por meio de fatores de avaliação, previamente definidos e graduados. Cada fator é dimensionado para retratar um desempenho fraco ou insatisfatório, até um desempenho ótimo ou excelente. O gráfico apresentado a seguir é uma alternativa ao método de escalas gráficas.



O gráfico apresentado refere-se ao método de escalas gráficas:

- (A) descontínuas.
- (B) contínuas.
- (C) semicontínuas.
- (D) escolhas forçadas.
- (E) incidentes críticos.

